

As gazetas de Antigo Regime e o falso problema da gênese do jornalismo¹

Luís Francisco Munaro²

Universidade Federal de Roraima

Resumo:

Estudos sobre a história do jornalismo costumam ser limitados pelo falso problema da gênese. Costumam situar o início numa data fixa, ponto teológico primordial que determina o nascimento, deixando vazias as implicações sociais, econômicas e culturais que caracterizam o surgimento e disseminação da palavra impressa. O objetivo deste texto, a partir de uma investigação sobre as Gazetas produzidas por Estados de Antigo Regime, sobretudo a *Gazette de France*, de 1631, é perceber sua contribuição ou não para a difusão da curiosidade intelectual e do mercado editorial. Ainda que seja uma forma importante de produção periódica, ela não era propriamente um livre exercício reflexivo. Era uma tentativa de fornecer unidade aos eventos, tornando-os mais próximos da história já conhecida e bloqueando a novidade relativa a um futuro que aparecia como incerto.

Palavras-chave: História do jornalismo; Iluminismo; Modernidade; Gazetas; Anacronismo.

“Bons manuais de história são bons”. Eles costumam fornecer um elenco de datas, conceitos precisos e definições pontuais. Contudo, não fornecem respostas. Apenas pontos de partida. A história do jornalismo, profissão, trabalho, exercício intelectual, reflexão sobre o tempo presente, costuma cingir-se a uma data, ponto teológico que marca o início absoluto. Impulsionada, muitas vezes por uma vaidade profissional, a história recua até um passado pouco conhecido, levando o presente para situações as mais inusitadas. Mas isso não é fazer história, e nem tampouco refletir. É procurar por uma gênese que não existe.

O que é e como surgiu o jornalismo? Uma data não pode responder à questão e os conceitos fornecidos geralmente contêm mais presente do que passado. A história é um processo dialógico em que o historiador interroga suas fontes, geralmente tentando entrar com elas em comum acordo. Ele não sufoca a fonte, objeto de sua interrogação, e nem a si mesmo, que persiste enquanto sujeito preocupado em desvendar. O problema tradicional tem consistido na dificuldade de alcançar um meio termo: ou a fonte histórica é esquecida em detrimento das suposições de um sujeito que já sabe o que quer encontrar, ou o próprio sujeito deixa de existir acreditando fazer emergir o passado em sua total integridade.

Ambos são procedimentos errados, que tornam difícil encontrar uma resposta adequada para a emergência e solidificação das práticas profissionais jornalísticas. É

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor Adjunto do Curso de Jornalismo na UFRR. Doutor em História pela UFF, Mestre em Jornalismo pela UFSC, graduado em História e em Jornalismo pela UNICENTRO.

preciso um esforço de alteridade para compreender as sociedades passadas em suas necessidades, suas especificidades e seu desalinho com relação à modernidade, considerada erroneamente um conjunto fechado e ideal de características intelectuais. No bojo das práticas modernas, o jornalismo não nasce como um conjunto de qualidades bem definidas. Ele é a conjugação de práticas já existentes, geralmente associadas à crônica histórica, até se fundir numa crescente necessidade social impulsionada pela curiosidade e pelo mercado editorial.

O jornalismo é sim um produto da modernidade cultural. Mas seu nascimento não é abrupto. Antes da solidificação das práticas jornalísticas, a partir do delineamento de um público anônimo, de uma circulação contínua de novidades sob a forma de produtos vendáveis, da possibilidade de reflexão ampla sobre o tempo presente, derivada da ausência de censura, temos uma série de tentativas, mais ou menos espasmódicas, de tornar periódica a circulação de notícias.

Estas tentativas não podem ser consideradas *journalisme*, expressão que ganhou espaço e se tornou necessária no século XVIII, apesar de já serem diárias, quer dizer, *journalières*. Elas são tentativas de compreender um mundo em transformação, orientadas por aqueles cuja transformação social aparecia como danosa e prejudicial. Tentemos entender com mais profundidade: a Gazeta de Antigo Regime, produzida e dispersa sob a orientação ideológica do absolutismo, era submetida a um rigoroso processo de censura. *Gazetiers* como Théopraste Rénaudot, considerado por muitos como o pai do jornalismo, manifestavam-se veementemente contra a liberdade de imprensa (TOURETTE, 1892, p. 63) Não se tratava, portanto, de um livre exercício reflexivo, como será característico ao jornalismo, mas de uma tentativa de fornecer certa unidade aos eventos, tornando-os antes mais próximos da história já conhecida do que do futuro carente por conhecer e desbravar na forma de novidade.

Responder uma questão que envolve um processo tão grande e profundo de modificações de hábitos e tradições intelectuais através de uma “gênese” pode parecer grosseiro. O jornalismo não surgiu quando o primeiro periódico veio a lume. Isso apenas se tornou possível a partir da fidelização de grupos potenciais de leitores. Não se trata, portanto, de um relato teológico para o qual o ponto fundador cumpre, à revelia da própria História, o papel de marco temporal *sui generis*, inaugurando assim toda uma nova temporada histórica. Dizer, por exemplo, que a *Gazeta de Veneza*, em 1620, foi o marco

temporal inicial do jornalismo explica pouca coisa. E talvez não explique nada, por si mesmo.

É importante destacar que dois problemas tem tornado mais difícil a vida dos redatores de manuais sobre jornalismo, com sua preocupação histórica em geral limitada. O primeiro e mais recorrente destes erros consiste na homogeneização das características dos vários Estados nacionais europeus, deixando de lado as especificidades ilustradas que se desenvolveram em línguas diferentes. Se a *Gazeta de Veneza* surgiu em 1620, na península italiana, essa situação particular não demonstra, de forma mais global, o momento intelectual que a Europa está experimentando. De forma ainda claudicante, a Europa busca se libertar da hegemonia do latim. O segundo erro comum diz respeito a considerar a Idade Moderna como um bloco histórico homogêneo, simplesmente indiscernível, capaz de inaugurar toda uma nova sorte de eventos – geralmente, tendo como marco inicial o Renascimento cultural. Pelo contrário: uma vez experimentando um vasto processo de crescimento econômico, as cidades italianas tiveram condições de trazer uma série de inovações para a Europa. Estas inovações foram, em boa parte dos casos, simplesmente expurgadas e tornadas pernósticas pelas autoridades. A própria imprensa foi considerada, durante muito tempo, uma forma desviada de produção intelectual.

Retomando estudos que deixamos incompletos, buscamos aprofundar problemas relativos ao ambiente europeu que permitiu a solidificação de práticas impressas e o despertar de novas indagações sobre o homem e sua relação com o tempo, que permitiram a emergência de periódicos reflexivos, preocupados com a definição do presente e a expectativa do futuro. Nossa hipótese central, que buscaremos reforçar a partir da contribuição intelectual de Reinhardt Koselleck (1999) sugere que:

os estratos sociais cuja representação era negada pelo Estado encontraram na República das Letras e nas Lojas Maçônicas espaços capazes de transgredir a lógica do segredo da qual o mesmo Estado se achava revestido. Nossa hipótese, nesse sentido, é que esse Estado hobbesiano, o mesmo Leviatã responsável pela última palavra em termos de política, pode ter visto na Gazeta periódica um instrumento provisório para estender sua influência diante da camada da população crescentemente alfabetizada, aquela que Locke identificava com a sociedade civil (MUNARO, 2014, p. 2).

Posto que o estudo de então dizia respeito à busca pelas condições de emergência do jornalismo, deixou de lado a questão mais específica das gazetas e sua formação, precursoras importantes de exercícios reflexivos mais próximos do Iluminismo e do

fornecimento de pressupostos para um novo tipo de abordagem histórica do tempo. O que escrevemos, então, foi que:

Somos tentados a perceber, no esforço das gazetas que começam, no Continente europeu, com Théophraste Renaudot em 1631, uma tentativa não de oferecer informações, mas de conter a inevitável sede dos indivíduos por informações que diziam respeito ao Estado. As redações contínuas das autoridades eclesiásticas e do rei Luís XIII para a Gazeta indiciam o caráter da publicação de Renaudot. Ao mesmo tempo em que responsável por canalizar os recursos individuais e os consumir em meio a uma burocracia incompreensível, esse Estado impedia a sociedade de criar seus próprios mecanismos de expressão política (MUNARO, 2014, p. 3).

Ainda que a Gazeta tenha ajudado a difundir as práticas de compilação e publicação de notícias, ela está mais próxima da crônica histórica e da “transplantação da representação da vida da corte” (BELO, 2000, p. 628). Não são, no início do século XVII, nem uma prática ilustrada, nem uma prática de escrita livre, nem uma reflexão sistemática sobre o tempo e muito menos uma busca capitalista pela novidade capaz de inaugurar uma nova forma de tráfico noticioso, em que a notícia representa um produto disposto à venda. Representam o contrário disso: a tentativa de parar o tempo e oferecer algum tipo de estabilidade para a Casa Dinástica.

Por outro lado, o avanço das práticas ilustradas ao longo dos séculos XVII e XVIII, sobretudo na Inglaterra e França, permitiu que as gazetas assimilassem novos materiais reflexivos, beneficiadas por certa indecisão censorial sobre o que podia ou não podia ser publicado. Ao final deste texto, será possível perceber mais claramente a emergência e solidificação de um conjunto de práticas que se desenvolveu na Europa de forma muito descontínua, beneficiado, sobretudo, pela difusão de ideias relativas à liberdade de imprensa e ao aceleração do tempo. Leia-se: progresso...

1. Conceito: Da Gazeta

A primeira Gazeta vinculada a um Estado de Antigo Regime começou a ser publicada em maio de 1631 pelo médico francês Théophraste Renaudot (TOURETTE, 1892, p. 19). O sistema absolutista de Luís XIII era acompanhado por vários inimigos internos e externos, diante dos quais era preciso assegurar a hegemonia e afastar ruídos capazes de destituir o rei de seu potencial moralizante. O Diplomata e Cardeal Richelieu, reconhecidamente importante para a arquitetura de poder do rei Bourbon, manipulava

cortesãos e estendia o círculo de intrigas da Corte. Foi nesse contexto que ele teria buscado uma pena para assegurar a voz pública para o círculo palaciano:

Charles Louis Chassi [...] observava que ‘uma gazeta pública deveria exercer uma ação muito mais eficaz que a multa, o relho, a prisão ou a guilhotina’. Na verdade, não foi por outra razão que Rénaudot, médico do rei e íntimo de Richelieu, veio a receber o privilégio da concessão perpétua de uma *gazeta*, proporcionada pelo Estado, para tornar-se seu porta-voz e poder, assim, constituir-se no instrumento de ação contra as divulgações consideradas lesivas à autoridade e ao poder (NOBRE, 1987, p. 20).

O objetivo da *Gazeta da França*, feita uma leitura preliminar das primeiras publicações, parece não indicar ou aparentar estar assentada sobre um mundo em intensas contradições políticas e sociais. Pelo contrário, dizia respeito à formação de um bloco de opinião relativamente unitário, coerente com o propósito de governo que, na regência seguinte, cairia nas mãos de Luís XIV, o “rei-sol”. A *Gazeta*, como indicava Rénaudot, buscava construir um espectro de *harmonia* em torno do rei. Quer dizer, organizar um consenso em torno da casa governante diante das pretensões de Estados vizinhos – sobretudo os inimigos castelhanos – que tinham as mesmas intenções de alargamento político colonial.

É bom lembrar as dificuldades que trouxe a inserção da imprensa no Universo europeu. O primeiro *best-seller*, traduzido em linguagem vulgar por Martinho Lutero, ajudou a transformar a percepção religiosa até então direcionada pelo Vaticano (ANDERSON, 1989). A comunidade europeia começou a ceder espaço para o Estado, considerado mais capacitado para resguardar a propriedade privada e, ao mesmo tempo, blindar os súditos contra as perseguições religiosas. Este é o primeiro embate levado a cabo pela prensa de tipos móveis em seu contexto de difusão como empreendimento capitalista. O *Leviatã*, então necessário, precisava garantir ao súdito não um espaço de liberdade, mas de segurança num mundo de fronteiras instáveis e mutantes. O súdito abdicava de sua liberdade para obter conforto, conferindo ao Estado a última palavra em termos de orientação política. “O Estado sou eu”, como dizia Luís XIV. O súdito apenas precisava entregar o seu voto de confiança para um Estado que funcionava de maneira simplesmente *secreta*.

O primeiro combate impresso, portanto, foi contra a hegemonia do latim e trouxe respaldo para a língua vulgar. Precisamente nisso se insere o papel das *Gazetas*, que buscaram construir um “bloco de opinião” relativamente despido de contradições em torno

da figura do rei, o primeiro baluarte capaz de sustentar, com sua presença e potencial simbólico de unificação, o funcionamento do governo absolutista. Se a língua do papa é o latim, a língua do rei absolutista é a língua nacional.

Esta é uma transformação importante, que não pode ser confundida com aquilo que aconteceu na Península Italiana. Aí, pelo contrário, havia forte instabilidade política: casas regenciais eram constantemente trocadas, tiranetes eram mortos e monarcas destituídos (BURCKHARDT, 2013), ao invés das sólidas e complexas casas regenciais de Espanha, Portugal, França e Inglaterra.

Sabendo de publicações periódicas que tinham origem em algumas cidades-Estado italianas, como a Gazeta de Veneza, já em 1620 (*Haydn's Dictionary of Dates*, 1857, Apud *Etymonline*), ou a *Nieuwe Tydinghen*, do impressor dos Países Baixos Abraham Verhoeven (NOBRE, 1988, p. 21), Rénaudot lamentou em suas páginas introdutórias a demora para o surgimento de uma publicação para informar a respeito das decisões da Corte e das movimentações de Estados estrangeiros, considerados inimigos do rei e de todos os seus vassalos. O autor sublinha o longo tempo de governança francesa sem preocupação com informação política:

C'est bien une remarque digne d'histoire, que depuis soixante-trois rois la France, si curieuse de nouveauté, ne se soit point avisée de publier la Gazette ou recueil par chacune semaine des nouvelles tant domestiques qu'étrangères, à l'exemple des autres états et même de tous ses voisins (Sic, *Gazette*, Maio de 1631, p. 3).

Esta *nouveauté* é introduzida, na vida francesa, pelo próprio Estado absolutista, a partir do médico particular do rei Luís XIII. Não parte daí nenhuma preocupação substantiva com a formação ou alargamento de um público, com a geração de opiniões distintas ou diversas ou com a criação de um espaço institucional de opinião, mas, tão somente, registrar fatos considerados relevantes a partir da perspectiva monárquica. A necessidade, assim, aponta noutra direção: “dizer certo antes que outro diga errado”. Nesse mesmo sentido, observe-se que não se utiliza a palavra *journalisme*, cuja aplicabilidade prática deriva do século XVIII. O fluxo de novidades é restrito apenas à Corte e aos seus inimigos, em torno da qual orbita a vida comum (Sic, *Gazette*, Maio de 1631, p. 5).

Os objetivos que Rénaudot declara em seu editorial são proteção e informação contra os inimigos do rei. Num contexto em que as guerras religiosas ainda estão bastante vividas no imaginário coletivo europeu, a importância das notícias sobre guerras é mais destacada do que sobre flutuações de valores e saídas de navios, como acontecia na *Gazeta*

de Veneza. O súdito não se sentia seguro por conhecer a verdade, mas sim por confiar na imperturbabilidade do rei e seu potencial unificador.

Em Portugal, 1641, Manuel de Galhegos fazia circular a "Gazeta em que se relatam todas as novas que houve nesta corte", beneficiado pela troca de casa dinástica em Portugal (fundada a União Ibérica) e pela necessidade de desacreditar inimigos castelhanos. Seu objetivo era construir um "bloco de opinião" favorável à emancipação de Portugal. Como contava, então, com amplo apoio de parte da nobreza interessada na introdução da nova casa dinástica, seu empreendimento foi bem sucedido. Segundo José Tengarrinha, de uma forma geral, as "Gazetas da Restauração" surgidas a partir de 1641:

Visavam principalmente contrariar o efeito negativo dos boatos postos a circular pelos espanhóis sobre os seus êxitos nos confrontos armados, destacar as vantagens militares e diplomáticas alcançadas sobre a Espanha, exagerar as dificuldades que estava a experimentar a monarquia espanhola, animar os que duvidavam do bom desfecho da iniciativa restauradora, influenciar as cortes europeias sobre a legitimidade da nova monarquia e a possibilidade de esta dominar o conflito (2013, pp. 49-50).

O importante estudo de José Tengarrinha acrescenta ainda a importância das "Gazetas" para formação de um espaço de opinião nacional (2013, p. 50). Precisamente aqui há outro equívoco que vale destacar, e que vai ajudar a estabelecer a relação entre estas primeiras gazetas e formas mais complexas de produção periódica, identificadas com um espaço público, condição também para a formação de um espaço nacional. Não se trata de um "bloco de opinião nacional", mas de um conjunto de opiniões favoráveis a um determinado grupo dinástico. Quer dizer, estas gazetas buscam suscitar coesão em torno da esfera corporativa da Corte de Antigo Regime, que não representa nem uma nação, nem uma sociedade anônima e nem um público. Seus destinatários são os vassallos do rei ou pares nobiliárquicos. Sobretudo se levarmos em consideração os estudos de Benedict Anderson sobre a importância do jornalismo e da literatura para a formação de sentimentos de partilha e proximidade entre pessoas anônimas, teremos dificuldade em perceber nestas gazetas qualquer utilização "nacional". Para usar a linguagem da época, pode-se falar mais em "reino" do que "nação", mais em "religião" do que em "sentimento público", ou mais em "moral" do que em "civismo".

Outra "Gazeta" publicada em Portugal, desta vez por Antonio Sousa de Macedo em 1663, chamada *Mercúrio Português*, tinha o mesmo intento de criar um bloco de opinião favorável para a casa dinástica portuguesa, afastando o risco castelhano. De acordo com

José Tengarrinha, o padrão que o *Mercúrio* seguia era semelhante ao das gazetas europeias de Antigo Regime. Tanto quanto, portanto, Rénaudot, Sousa de Macedo buscava delinear uma esfera de ação para o Antigo Regime (2013, p. 66), criando um campo relativamente uniforme de adesão em torno da casa dinástica responsável por proteger os súditos de ações estrangeiras. Essa iminência de invasão ou destituição e a fragilidade das fronteiras do reino tornavam necessária uma prática regular, por parte da Coroa, de mobilização de seus vassalos. A Gazeta tinha precisamente essa função. Não se tratava, portanto, de um exercício de reportagem, investigação de fatos ou de reflexão sobre o tempo presente, mas de narração para tempos posteriores em benefício da Verdade ou extensão do círculo de representações da Corte.

Ainda que, mais tarde, a *Gazeta de Lisboa* tenha começado a se apresentar sob o formato periódico que será comum aos jornais, não é atual quando o atual implica nalgum tipo de desordem, levando em consideração o limite daquilo que é historicamente previsto. Esse esforço de “transplantação da representação”, exercido pelo *Mercúrio*, pela *Gazeta de Lisboa* ou pela *Gazette de France*, é muito semelhante àquele exercido pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, única voz autorizada para narrar as notícias no Brasil, lembrando as seguidas proibições dos jornais publicados por Hipólito da Costa, João Bernardo da Rocha Loureiro e José Liberato.

2. A crise do modelo

Para entender os motivos da crítica e da crise das gazetas de Antigo Regime, é preciso buscar compreender a própria situação histórica de segredo e privilégio a partir dos quais a política se encontrava blindada. A política não era um exercício público. Era um exercício restrito que dizia respeito aos círculos de confiança do rei, estabelecidos pelo próprio rei que funcionava como um “equilibrador de tensões”. Da mesma forma, se encontravam restritas as funções importantes para a caracterização da política da Corte, como a atividade impressa. Todos os governos absolutistas cuidaram ter à mão instrumentos impressos para resguardar seu círculo de influências. A Mesa Censória Portuguesa, por exemplo, afirma que:

Para animar aqueles autores que trabalham utilmente a benefício público, se costuma em todos os países civilizados dar privilégios exclusivos deles só poderem mandar imprimir as suas obras e cominando-se penas aos que fraudarem este direito de pura concepção dos príncipes soberanos. O trabalho, o zelo, o amor patriótico devem ter incentivos sem os quais nada se adianta, nada se promove (IAN/TT, Real

Mesa Censória, Privilégios de Impressão, parecer de 24 de fevereiro de 1787, Apud. TENGARRINHA, 2013, pp. 265-6).

O poder político dos detentores desses privilégios logo se tornou pronunciado. Por serem traficantes importantes de informação, acabaram galgando postos de poder e se tornando membros destacados dos círculos políticos. A informação considerada politicamente importante por estes mesmos círculos era dirigida para o redator da Gazeta que, ao invés de um jornalista, era um cortesão.

Contudo, transformações importantes, identificadas com a expansão da palavra impressa e do exercício da crítica, obrigaram as Gazetas a um reposicionamento bastante radical. Tanto quanto a *crítica* que atingiu o ambiente político, sobretudo ao longo do século XVIII, a intelectualidade autorizada também passou a ser vítima da crítica. O Estado era a encarnação da imoralidade, era indigno de figurar, como expressão do *monde*, no espaço ilustrado dos jornais literários ou científicos. Lentamente, como comprovou R. Koselleck (1999), os antigos súditos começaram a criar instrumentos de organização e reunião, sendo a República das Letras e as Associações Secretas os principais deles. O Estado foi objeto de crítica, no princípio, indiretamente, ao ser excluído da dignidade moral dos periódicos literários e científicos e, num segundo momento, diretamente, através do questionamento sobre a moralidade dos altos círculos – críticas que circulavam na forma de anedotas e estórias sobre os cortesãos, sobretudo através de meios orais e *nouvelles à la main* (DARNTON, 2005). A crítica política tornava impossível compreender por qual motivo determinados indivíduos beneficiados por condições de nascença eram os detentores do poder de organizar a sociedade. Da mesma forma, tornou questionável o poder de uns indivíduos imprimirem, ou configurarem a voz oficial, enquanto todos os outros precisavam ser orientados pelos estritos princípios de publicação das instâncias censórias. Como lembra Tengarrinha:

Ao longo dos séculos XVII e XVIII foi visível a resistência cada vez maior contra os privilégios de impressão, quer por parte dos “atravessadores” (que publicavam obras de que outros já tinham o privilégio, até por vezes sem autorização do autor e mesmo introduzindo alterações arbitrárias nos textos) quer pelas pressões sobre as autoridades para romper alguns privilégios, sobre isso existindo interessantes testemunhos em numerosos requerimentos e protestos. Alguns desses requerimentos acusam a má qualidade de publicações congêneres por estarem sob a proteção dos privilégios, defendendo a concorrência como um fator de melhoria. Nota-se, de resto, também por parte dos censores e outras autoridades, a tendência crescente para contrariar esses privilégios, utilizando argumentos baseados nas vantagens da concorrência. Era o espírito da liberdade de produzir e de comerciar que, sobretudo a partir dos meados do século XVIII, começava a afirmar-se,

também, nesse domínio complexo dos privilégios de impressão. Poderemos concluir que, nesta matéria, os censores régios tinham, em geral, uma visão mais aberta e progressista do que os magistrados do Desembargo do Paço, mais apegados a uma posição formalista, conservadora (TENGARRINHA, 2014, pp. 267-8).

Sob a desculpa de que o Estado não teria importância, como veículo naturalmente corrompido pelas flutuações da política, os periódicos literários e científicos franceses, no início do século XVIII ignoravam a Corte e as suas etiquetas como desnecessárias para o funcionamento do social. Tanto quanto a ascensão social, a aparição pública devia ser governada pelo esforço individual em destacar-se por boas obras, precisamente aquilo que conferia publicidade num jornal literário ou científico. Na Gazeta, por outro lado, persistia a busca pela garantia da Casa dinástica como baluarte de sustentação da sociedade estratificada. É senso comum que as transformações na concepção de tempo motivadas pelo capitalismo favoreceram a difusão de periódicos em escala mais larga, escorados num certo anseio de busca por novidades. Cabe precisar, por outro lado, como essas transformações ingressam no exercício das Gazetas, emancipando-as do mero exercício formal de crônica da Corte.

Na primeira metade do século XVIII, as Gazetas encarnavam, sobretudo na França, uma forma de se comportar diante da realidade considerada inadequada ao ritmo das “novidades do tempo”, quer dizer, responsáveis mais por esquecer e obscurecer do que por trazer à luz do dia. Estas críticas começavam a circular de forma privada antes de alcançarem – e ajudarem a configurar – a esfera pública, atingindo também os periódicos literários e científicos. Em carta a Voltaire, por exemplo, Abbé Linant exprime essa insatisfação, dizendo que:

Raillerie à part, le stile de la Gazette n'est pas si aisé qu'on le croirait bien et les minuties qu'il y faut observer forment par leur grand nombre une difficulté considérable : il a une marche pesante, uniforme, et des termes consacrés qu'il seroit impossible de remplacer par les plus belles choses du monde et l'on deviendroit ridicule de n'y estre point plat. Rien n'y doit y estre sculpté ni verny, mais il faut que tout y soit laminé à force de bras. C'est un ouvrage de crocheteur ou de compileur tout au moins (S/d Apud MERCIER-FAIVRE, 2013, p. 42).

Assim, a *Gazette de France* começou a sofrer críticas por não saber informar. Diante do crescimento de setores sociais insatisfeitos com a estrutura política do Antigo Regime, as gazetas não constituíam mais um equivalente prático das necessidades da sociedade civil. Como lembra outro crítico, Pierre Manuel, a *Gazette de France* continha uma infinidade de ausências, começando pelo destaque excessivo dado aos procedimentos e formalidades da

Corte. Os indivíduos que começavam a se imaginar como integrantes da opinião pública e, portanto, passavam a se enxergar mais como cidadãos do que como súditos, estavam preocupados com seus bens, com sua representatividade política e com a expressão de seu esforço crítico e seus méritos pessoais:

Um povo que quer ser bem informado não pode se satisfazer com a *Gazette de France*. Quem quer saber se o rei cumpriu o ritual do lava-pés para alguns pobres-diabos cujos pés nem sequer estavam sujos? Ou se a rainha celebrou a Páscoa em companhia do Conde d’Artois? Ou se o Monsieur se dignou a aceitar a dedicatória de um livro que tal vez nunca venha a ler? Ou o Parlement, vestido em trajes cerimoniais, repreendeu o infante delfim, que estava de fraldas? As pessoas querem saber o que é realmente feito e dito na corte – por que e para quem o cardeal de Rohan teria colocado na cabeça a ideia de brincar com um colar de pérolas; se é verdade que a condessa Diane indica os generais do exército e a condessa Jule os bispos; quantas medalhas de São Luís o ministro da Guerra deu para sua amante distribuir como lembranças de Ano Novo. Eram os argutos autores de gazetas clandestinas [*nouvelles à la main*] que espalhavam as novas sobre esse tipo de escândalo (1790, Apud DARNTON, 2005, p. 47-8).

Segundo o mesmo crítico, a função de informar começava a se deslocar da *Gazette* para as irregulares *nouvelles à la main*. Era mais importante buscar notícias nelas, que eram uma expressão livre brotada das entranhas da sociedade, do que na Gazeta, que continha o relato formal dos procedimentos da Corte. Na mesma medida em que o Estado proibia a publicação destas *nouvelles*, elas começavam a gerar interesse e se tornar produtos rentáveis. De uma forma geral, a transição social e política que acontece, em graus bastante diferentes, na Inglaterra, França, Espanha ou Portugal, diz respeito à crise do poder absolutista que torna o príncipe uma figura secundária no jogo político, transformando-o num cidadão também submetido ao julgamento crítico. Isso explica o questionamento de Manuel: “Qual a importância de saber da cerimônia de lava-pés do rei”? Noutras palavras: “o rei está nu”.

É curioso perceber que, nesse momento decisivo da história, noticiários irregulares pescados por mexericos são considerados por setores críticos mais importantes como forma de noticiário do que a tradicional Gazeta impressa. Evidentemente, as *gazetas* clandestinas e outras folhas manuscritas, por poderem evitar a organização censorial, traziam informações que diziam respeito mais ao público do que à casa governante. Diante da multiplicação dos periódicos, clandestinos ou não, a estrutura tradicional da censura tornou-se crescentemente incapaz de lidar com a quantidade de informações. Ao mesmo tempo, tornou-se incapaz de julgar entre aquilo que é adequado ou inadequado para a Corte e, em

alguns casos, era mesmo levada a flertar com as ideias transmitidas pelos periódicos e que representavam algum tipo de subversão à ordem tradicional. Neste momento em que a censura começava a ruir e dar expressão a um veículo livre de críticas, podemos falar também na possibilidade de um exercício crítico como o jornalismo. Os jornais, flertando com um tempo que se transformava crescentemente e funcionando no bojo de um maquinário capitalista para o qual a novidade era aspecto fundamental, aceleraram esse processo de desprestígio da censura, desconcertando-a. Como observa José Tengarrinha:

Tentara-se ainda, a princípio, aplicar aos jornais os processos usados com os livros. Cedo se verificou serem ineficazes. A periodicidade, o público mais largo que atingiam, a sua ligação mais direta e próxima com os acontecimentos, a diversidade das suas matérias, colocavam problemas novos à censura. Já não bastava elaborar listas de autores e obras. Era preciso que a censura e os censores estivessem apetrechados com sólida doutrina e critérios uniformes, o que obviamente não era possível no instável e conturbado final do Antigo Regime. Involuntária ou maliciosamente, dava-se assim origem a numerosas fugas (2013, pp. 244-5).

Nesse contexto de ascensão da burguesia, portanto, uma nova atividade intelectual se torna necessária e rentável. *É uma atividade que, para se legitimar, precisa efetuar uma crítica daquilo que já existe.* Precisa comprovar que a informação que já circula nos meios oficiais não é a única informação disponível. Quando Hipólito da Costa critica a *Gazeta do Rio* por não servir senão para embrulhar manteiga (Apud. MOLINA, 2012), está exprimindo o mesmo desconcerto diante de uma atividade intelectual vista como publicamente inadequada e, ao mesmo tempo, legitimando o seu próprio fazer profissional. É a partir da crítica àquilo que já existe que surge a deontologia do jornalismo. Evidentemente, o objetivo fundamental da *Gazeta* não é prestar um serviço ao público, mas à Corte que é sua financiadora e a quem os redatores estão submetidos diretamente. Por outro lado, Hipólito da Costa está manifestando o exercício de crítica da informação e sua maturação, ao contrário da simples disposição de notícias de forma copista. Essa reflexão sobre o tempo, na forma de crítica e compreensão de que as mudanças são uma dimensão intrínseca da realidade e, sobretudo, da política, é um aspecto que não pode ser desligado do jornalismo.

Mesmo depois que os jornais se instalaram de forma regular, adquirindo condições mais precisas de circulação e operação, é preciso lembrar que o interesse social pode ter se mostrado limitado, como no caso do Brasil. Assim, é importante ter em conta que a disseminação do exercício crítico do jornalismo depende do desenvolvimento de uma “mentalidade abstrata” capaz de julgar a realidade a partir da perspectiva de sua

transformação contínua. Da mesma forma, é preciso criar condições intelectuais que gerem interesse pela novidade escrita, que implica mudanças de mentalidade concretas, para além da alfabetização (TENGARRINHA, 2013, p. 94).

As Gazetas absorveram padrões mais dilatados de comunicação e intercâmbio com a realidade, incorporando formatos escritos afinados com a busca pela novidade. Evidentemente, com a intensificação do trânsito de informações, elas abandonaram seu tradicional posto de “Gazetas de Antigo Regime” e incorporaram preocupações mais modernas, como a disponibilização de novidades que remetem ao futuro que, enquanto possibilidade de construção e descoberta, faz parte também da utopia burguesa.

Por outro lado, não é impossível supor que a rigorosa isenção dos combates políticos mais acalorados tenha ajudado a fornecer pressupostos mais sólidos para as atividades jornalísticas. É bom lembrar o desconforto dos jornalistas franceses diante do imenso tráfico de opiniões que diziam respeito à vida de tudo e todos na França setecentista (FERENCZI, 1993). Diante desse panorama, contrastado com o delineamento de padrões mais sólidos de orientação profissional na Inglaterra dos *tory* e *whig* que buscavam financiar seus próprios periódicos num país já regido por instrumentos que garantiam a liberdade de imprensa, as Gazetas francesas podem ter ajudado a fornecer mecanismos intelectuais capazes de tornar os jornalistas mais concentrados no factual. Isso, contudo, já são especulações...

Considerações finais

Ao longo deste artigo, revisamos alguns estudos sobre a modernidade e a crítica do Antigo Regime e fizemos leitura preliminar da *Gazette de France* em paralelo com outros estudos relativos a Gazetas de Antigo Regime. Isso nos permitiu aprofundar uma hipótese que já tínhamos lançado noutra ocasião:

[...] se, para a Gazeta, a história é a mestra da vida, para o jornalismo o futuro já é algo a desbravar e conhecer na forma de utopia, os governos são organismos que morrem, e a curiosidade humana deve ser alimentada pela reflexão contínua sobre o tempo e as coisas que acontecem no seu interior (MUNARO, 2014, p. 5).

No decorrer do século XVIII, estas práticas escritas começaram a se confundir e expandir seus padrões reflexivos, movimentadas pela curiosidade iluminista que exigia formas mais livres de expressão e disseminação da informação. Estes novos padrões reflexivos impeliam os periódicos a irem além da construção de repositórios de memórias

ou de simples apologia do governo monárquico e suas intrincadas etiquetas. Sabendo, assim, da dificuldade de conceber um trânsito noticioso livre de censura, e da estreita malha de informações possíveis num periódico, é difícil conceber que:

O jornalismo tornou-se, ao longo do século XVII, o principal suporte para a difusão das informações e ideias, nomeadamente das notícias, de que as pessoas estavam sequiosas, mas que contribuíram para a transformação da sociedade, tendo incorporado logo na sua gênese, na Modernidade, as grandes características que o trouxeram até aos dias de hoje, a saber (SOUSA, 2013, p. 132).

Notícias e novidades já circulavam para um público sequioso. Elas compõem um elemento fundamental da estruturação das sociedades humanas. Contudo, essas redes de notícia em nada lembram aquilo que os *journalistes*, sobretudo na França e Inglaterra, começaram a fazer no século XVIII, e que na Espanha ou Portugal só vão ganhar condições mais efetivas no início do século XIX. Tais iniciativas são beneficiadas por um amplo espectro intelectual que começa a surgir com as repúblicas de letrados e associações secretas, as principais iniciativas capazes de tornar o exercício intelectual livre da coerção direta do governo absolutista. E é precisamente assim, *quando os padrões reflexivos se tornam mais amplos e começam a se preocupar com o exercício da crítica*, que podemos imaginar a construção do *journalisme*.

Bibliografia

“Gazette”. **Online etymology dictionary.**
<http://www.etymonline.com/index.php?term=gazette> (Acesso em Mai/2014).

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional.** Ática, 1989.

BARBOSA, Marialva. Reflexões sobre a imprensa no Brasil de 1808. **Estudos em Jornalismo e Mídia** - Ano V - n. 2 pp. XX - XX jul./ dez. 2008. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/10660/10189>
(Acesso em Mai/2014)

BELO, André. “A Gazeta de Lisboa e o terremoto de 1755: a margem do não escrito”. **Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.** N151-152. V. xxxiv, 2000.

BELO, André. **As Gazetas e os Livros.** A Gazeta de Lisboa e a Vulgarização do Impresso em Portugal (1715-1760), tese de mestrado em Ciências Sociais apresentada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1997.

BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do Renascimento na Itália.** São Paulo: Cia das Letras, 2013.

- COWAN, Brian. **The Social Life of Coffee**. The Emergence of the British Coffeehouse. Yale: Yale University, 2005.
- FERENCZI, Thomas. **L'invention du journalisme en France**. Naissance de la presse moderne à la fin du XIXème siècle. Paris : Plon, 1993.
- Gazette de France*. Paris, 1631.
- HABERMAS, Jurgen. **A transformação estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- KOSELLECK, Reinhardt. **Crítica e Crise**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- LISBOA, João Luís. “Gazetas feitas à mão”. IN: LISBOA, João Luís, MIRANDA Tiago C. P. dos Reis e OLIVAL, Fernande (orgs). **Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora** (Vol. I – 1729-1731). Lisboa: 2002.
- MERCIER-FAIVRE, Anne Marie. “La voix éditoriale, outil de cohésion dans le texte des gazettes du XVIIIe siècle ». **Revue Orages**, 2013. Disponível em : <http://orages.eu/wp-content/uploads/2013/12/mercier37-52.pdf> Acesso em [Mai/2014](#).
- MOLINA, Matías. “Uma Gazeta na Corte”. **Observatório da Imprensa**, 2012. Disponível http://www.observatoriodaimpresa.com.br/news/view/_ed678_uma_gazeta_na_cor te
- MUNARO, Luís Francisco. “Entre Gazetas e Jornais: repensando a gênese do jornalismo”, **Leituras em Jornalismo**. Edição inaugural: v. 1, p. 1-15, 2014. Disp: <http://www2.faac.unesp.br/ojs/index.php/leiturasdojornalismo/article/view/23>
- NOBRE, Freitas. **Imprensa e Liberdade: Os Princípios Constitucionais e a Nova Legislação**. São Paulo: Summus, 1987.
- SOUSA, Jorge Pedro et all (Coord.). **Estudos sobre o Mercúrio Português (1663-1667)**. Discurso e Contexto. Ebook, 2013. <http://www.livroslabcom.ubi.pt/book/93> Acesso: Maio/2014.
- TENGARRINHA, José. **Nova História da Imprensa Portuguesa**. Das origens a 1865. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013.
- THÉRENTY, Marie-Eve. **La Littérature au quotidien, poétiques journalistiques au XIX e siècle**. Paris : Seuil, 2007.
- TOURETTE, Gilles de la. **La vie et les oeuvres de Théophraste Renaudot**. Fondateur du journalisme et des consultations charitables. Paris : Edition du Comite, 1892. Disponível em : <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k66010z/f13.zoom> Acesso em Maio de 2014.